

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de S. Paulo

Class.: 14

Data 29/12/88

Pg.: Cad. Especial

ACULTURAÇÃO — "Processo socio-cultural que ocorre sempre que grupos humanos, ou mesmo indivíduos isolados, de culturas diversas, entram em contato mais ou menos continuado e direto uns com os outros, acarretando mudanças subsequentes nos padrões culturais originais de um ou de todos esses grupos ou indivíduos".

(Enciclopedia Barta)

Aculturação, este é o processo que a Fundação Nacional do Índio — FUNAI — quer usar para promover a integração do silvícola brasileiro na civilização branca. Um plano completo e detalhado a respeito já foi encaminhado por aquele órgão ao ministro Albuquerque Lima, da Pasta do Interior. Nele estão contidos todos os aspectos e problemas que a absorção do índio pelo branco vai trazer, mas apontam-se também as melhores maneiras de se obter êxito nesse objetivo. Entre elas está a criação de Colônias Indígenas de Fronteira e Colônias Indígenas de Penetração — núcleos pioneiros de 500 pessoas — cujo objetivo é fixar a população pré-existente. Estas colônias, segundo o plano da FUNAI, localizam-se no Amapá, Pará, Maranhão, Amazonas, Goiás e Mato Grosso. Além disso, dá-se a relevância ao incentivo de Colônias Indígenas Agropastoris, já instaladas em Goiás, Mato Grosso e no Território de Roraima, além dos Parques Indígenas do Tumucumaque, Paríma, Maracá (a ser criado).

### O PLANO DA FUNAI

É o seguinte o plano de integração do índio brasileiro, apresentado pela FUNAI ao Ministério do Interior:

«O meu pobre ecumeno do País compreendido justamente na área fisiográfica da Amazônia legal — que abrange toda a SUDAM e parte da SUDECO — coincide com uma das regiões mais ricas e menos racionalmente explorada e, por isso mesmo, despertando a cobiça internacional.

Ocorre que ali se concentra a maior população indígena do País, mais de uma vez experimentada, com êxito, nas tarefas de penetração do território e parcial aproveitamento de diversas riquezas vegetais e animais, além de alguns minérios, mais recentemente.

Adverte-se, porém, que em geral o silvícola tem sido usado como a mula e besta de carga e colonos e ocupantes de suas terras, sem qualquer compensação: destroem-lhes as tabas sem propiciar-lhes os benefícios da aculturação ou do desenvolvimento econômico. Sacrificam os seus tratos, pelo contágio, pela violência armada, perde-se,

com o índio, o autêntico habitante da selva, o melhor instrumento de que dispomos para a sua verdadeira ocupação.

O presente Plano de Integração Indígena, que a Fundação Nacional do Índio encaminha à consideração do excelentíssimo senhor ministro do Interior, a única autoridade em condições de promover a sua viabilização, responde a esse objetivo: ocupar a Amazônia, com a ajuda do silvícola.

Decerto o exame detalhado de cada aspecto do problema, pelos órgãos competentes do Governo, demonstrará que o Brasil, ao assumir um compromisso internacional de integração do silvícola, não o fez levianamente, senão consciente de que respondia a um anseio nacional, acalentado no Império por José Bonifácio e heroicamente defendido, na fase republicana, pelo Marechal Rondon.

### I — MOBILIZAÇÃO DE AGENCIAS

1 -- PROBLEMA GLOBAL  
Os compromissos assumidos pelo Brasil, perante a Organização Internacional do Trabalho, com referência às populações indígenas e

nos termos da Instrução n.º 107, promulgada pelo Decreto n.º 53.824, de 14 de julho de 1966, envolvem tamanha amplitude, que não podem ser atendidos exclusivamente pela Fundação Nacional do Índio, pelos seguintes motivos:

a) a população silvícola brasileira, de cerca de cem mil almas, se espalha por 15 Estados e três Territórios federais, abrangendo mais de quinhentos mil quilômetros quadrados;

b) essa densidade mínima de um habitante por cinco quilômetros quadrados (0,2 x km<sup>2</sup>) se agrava, tendo-se em vista a dispersão dos núcleos indígenas no seio da população geral, de que representam um por oitocentos e cinquenta habitantes;

c) as distâncias entre os diversos núcleos indígenas e a sede da Fundação Nacional do Índio exigem uma infraestrutura de transporte aéreo e de telecomunicações muito dispendiosa, impondo a cobertura indispensável dos Ministerios da Aeronáutica e das Comunicações;

d) mais da metade da população indígena se dispersa na Amazônia Legal e pelo menos um terço depende do transporte fluvial, o que condiciona o apoio logístico do Ministério da Marinha e do Ministério dos Transportes, principalmente este, quanto às vias superficiais naquelas comunidades;

e) esta mesma localização amazônica nos sugere que a solução dos problemas sanitários dos índios, tanto no que tange ao contágio dos civilizados como quanto ao controle das endemias nativas, só pode ser equacionado com o apoio do Ministério da Saúde, de referência a pelo menos um terço da população indígena recensada no País;

f) continuamente agredidos em sua integridade, pelo cupidem do civilizado, com relação às riquezas naturais da terra que habitam, o problema da segurança

dos índios exige a sinergia de esforços do Departamento de Política Federal (do Ministério da Justiça) com o das Polícias Estaduais;

g) o problema educacional que envolve a aculturação gradativa do silvícola dificilmente será equacionado sem o apoio, principalmente material, do Ministério da Educação;

h) o desenvolvimento de comunidades aculturadas que nos territórios tribais se dedicam a atividades agrícolas e pastoris, encorajando até investimentos agroindustriais, não pode prescindir do amparo técnico, material e creditício, do Ministério da Agricultura, do INDA, do IBRA e das agências financeiras nacionais ou regionais;

i) como a Instrução 107 envolve um compromisso de igual tratamento da população silvícola, o órgão de desenvolvimento regional integrado, como a SUDENE, a SUDECO, a SUDAM e a SUDESUL precisam vincular-se à solução do problema indigenista brasileiro;

j) finalmente, cremos que o silvícola amazônico, aculturado ou não, e, ainda, o melhor parceiro do caboclo para fixação ecumênica das nossas fronteiras e a definitiva ocupação, em novos termos, do aparente vazio da Amazônia Ocidental.

### 2 — O ecumeno indígena

Só há índios não aculturados, isto é, com contacto irregular ou episódico com os grupos civilizados, na Amazônia legal, nesta compreendidos os Territórios de Roraima, Roraima e Amapá, os Estados de Acre, Amazonas, Pará e Maranhão e a região norte de Mato Grosso e Goiás. Índios primitivos, assim considerados os que, apenas eventualmente sabedores da existência do branco e que por isso ainda conservam seus costumes e ins-

tituições tribais, são os que predominam nas fronteiras norte e oeste, na linha que vai do extremo leste do Amapá ao extremo sul de Rondonia.

Supomos que os grupos indígenas sobreviventes, nesta parte da chamada Faixa de Fronteira, cheguem a mais de vinte mil almas, num cálculo buscado à amostragem estatística, impossibilitados que estamos de um verdadeiro recenseamento, não tanto pela mobilidade dessas populações, como pela sua escassa densidade e dificuldade de acesso à região que habitam. Numa largura de 150 quilômetros, pela extensão de cerca de 6.000, são mais de 900 mil km<sup>2</sup>, o que representaria uma densidade populacional de 0,02.

Verifica-se o contínuo decréscimo das populações indígenas na região, com o contacto indiscriminado com os civilizados, que, mesmo pacífico, produz o contágio de doenças para as quais o silvícola não apresenta a mínima resistência natural. Além disso, o desflorestamento, e caça e pesca indiscriminadas, com armas de fogo e bomba, depressa prejudicam o equilíbrio biótico na floresta, em detrimento do índio.

Entretanto, verifica-se que, onde se se lhes tenha promovido assistência integral, com o uso de métodos e processos científicos, bem cedo os índios recuperam a força proliferante primitiva, como se observa, atualmente, entre os Xavantes de Barra do Garças e as tribos do Xingu, sendo de ressaltar, ainda, a sobrevivência do Xerente em Mato Grosso, em termos de equilíbrio econômico.

Sabe-se que aquela fraqueza biológica do gentio, de que já falavam os portugueses a partir da segunda metade do Século XVI, contrasta com a hígidez que lhe atribuíam os primeiros cronistas.

Decorreu, decerto, da quebra do equilíbrio biótico, pelos novos processos de exploração dos invasores; das doenças microbianas e víricas que lhes trouxeram os brancos, sem os remédios correspondentes ou a vacina que lhes desenvolvesse anticorpos; finalmente, do próprio desequilíbrio psicossomático resultante da desvantajosa fricção interétnica.

Ao contrario, os mamelucos responsáveis pela primeira frente não amerindia da ocupação amazônica, ao demonstrarem sua enorme adaptabilidade às difíceis condições da floresta tropical, deixam clara a vantagem dessa miscigenação com o índio, para superação do meio.

Assim, não será difícil a conquista econômica dos chamados «vazios demográficos» na Amazonia, pela utilização dos remanescentes indígenas.

### 3 — Penetração territorial

Já no principio deste século a Amazonia havia sido

penetrada em varios sentidos, pelos seus caminhos naturais: o grande labirinto fluvial que se espalha no recesso da floresta. Somente à partir de 1955 é que o Plano Rodoviario Nacional cuidou das grandes estradas pioneiras na região, mesmo assim preferentemente na Amazonia Oriental.

Mas, antes disso, o Correio Aereo Nacional, abrindo rusticos campos de pouso na mata, deu uma nova dimensão ao problema da conquista econômica do espaço amazônico, enquanto as unidades de fronteira do Exército continuavam vigiando os velhos bastiões meridionais e ocidentais.

Era uma verdadeira «ocupação castrense», no melhor sentido e, nos idos de 1942, no segundo conflito mundial, as frentes da borracha mereceram, em conjunto, o cognome de «batalha», quer pela importancia no suprimento das armas aliadas, quer pela propria organização, confiada ao coronel João Alberto.

Hoje, porem, criada ali uma superintendencia economica regional; instituída, com real proveito, a Zona Franca de Manaus; discriminada a administração dos Territorios Federais; há necessidade de promover-se uma sinergia de esforços, para evitar-se o desperdício de uma descentralização que só se compreende nas tarefas executivas.

Um plano integrado de comunicações e transportes, interessando simultaneamente aos Ministerios do Planejamento, das Comunicações, dos Transportes, da Marinha, do Exército e da Aeronautica, com o apoio da SUDAM, da SUDECO e dos governos estaduais, supervisionado pelo Ministerio do Interior — a quem incumbe, precipuamente, a tarefa da «ocupação do Territorio» — já vem tendo execução, graças a providencias esparsas, sem, no entanto, emprestar à presença do índio, na região, a importancia que merece.

Reconhecemos, porém, que isso decorre da inação do extinto SPI e da propria FNI, ainda em fase de organização administrativa e carente, por insuficiencia de verbas, de pessoal aprestado à tarefa do planejamento.

É tempo, no entanto, de corrigir-se essa distorção, a fim de que a penetração territorial se faça racionalmente, sem esquecer que a sua capilarização final — pelas aquavias e picadas primitivas ou estradas carroçáveis — se fará muito mais rapidamente com a mobilização do índio.

### 4. Problema Sanitario

A conquista, pelo civilizado, da Amazonia Ocidental, encontra um sério obstaculo nas condições sanitarias da floresta. O elevado indice de umidade e a reduzida insolação transformaram-na em caldo de cultura ideal para os vírus e microbios que, no litoral, resistem menos à insolação, com elevada tem-

peratura e baixa umidade relativa. Além das endemias proprias às populações autoctones, a carga das doenças levadas à floresta pelos civilizados compõe um quadro nosológico que exige, do Ministerio da Saude e dos órgãos estaduais assemelhados, um planejamento em larga escala, para o investimento de recursos maciços, principalmente aqueles buscados à cooperação internacional, sendo de ressaltar que, no particular, nenhuma notícia existe de apelos nossos à Cruz Vermelha Internacional.

A Fundação Nacional do Índio, revigorados convenios do extinto SPI, tem obtido do Ministerio da Saude equipos e medicamentos para cuidar da situação sanitaria de varias tribos. Entretanto, poucas têm sido essas incursões na Amazonia Ocidental.

Vale salientar que o mais sacrificado por essa deficiencia de recursos medicos é o índio porque, se o civilizado remigra, atacado pelo impaludismo, o silvícola apenas morre, ao contacto dos virus e microbios que o branco lhe leva, sem o remedio equivalente.

A experiencia pioneira que se faz no Parque Nacional do Xingu pode ser ampliada à Amazonia, por intermedio de aviões-ambulancia — em convenio com Ministerios da Saude, da Aeronautica, do Interior, SUDAM e FNI — que possibilitassem pelo menos duas visitas anuais aos postos indígenas. As aldeias, caboclas nos centros de atendimento e distribuição ou aos postos sanitarios criados em epicentros previamente escolhidos. A capitarização desse serviço se obteria por meio de lanchas moveis e batelões fixos, pelo menos com um enfermeiro e uma assistente social, com atendentes, sob orientação de medicos-visitadores.

Quanto à população infantil, convenientemente recenseada, mesmo em termos expeditos de amostragem, a FNI, carente de recursos, obtê-los-ia, para a organização de creches-ambulantes (em Kombis ou lanchas) por intermedio da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Paralelamente, a Legião Brasileira de Assistencia poderia ajudar a FNI, no que tange ao problema da máe-indígena, carente, simultaneamente, de atendimento social e sanitario.

### 5. Educação de base

Embora esta expressão venha sendo substituída pelos técnicos, é a que encontramos na lei. Sem maior atenção à nomenclologia, importa saber que a questão tem sido equacionada e, no particular, a FNI vem mantendo entendimentos com a OIT, a fim de que se organize, no Brasil, um curso de Educação de Base e Organização de Comunidades, nos moldes existentes no CERFAL, na cidade mexicana de Patzcuaro.

Vale salientar que, este ano, o IBRA enviou cin-

to bolsistas brasileiros para o CERFAL, estando assim interessado no assunto, da maior importancia para a FNI e do maior interesse para a solução do problema da ocupação do Territorio.

Decerto não pode ficar o seu equacionamento adstrito a órgãos apenas indiretamente competentes para a tarefa, mas deve-se interessar no assunto o Ministerio da Educação e Cultura.

Se por um lado há, no Brasil, organismos capacitados a facilitar à FNI a tarefa de aculturação dos silvícolas com o Instituto de Linguística de Verão, a quem sugerimos convenio, pelo Ministerio do Interior, em exame por essa Secretaria de Estado, não é menos certo que os maiores recursos para essa destinação se encontram na Secretaria de Estado que superintende a solução do problema educacional. Com ela podemos colaborar na parte tecnica, quando se

trate de alfabetizar populações indígenas, mas precisarmos dos seus recursos, tanto os orçamentarios quanto aqueles que obtém de convenios internacionais.

### 6. Organismos regionais

A presença de silvícolas, sendo maior na Amazonia, verifica-se, porém, em outros Estados, que abrigam tribos na quase totalidade aculturadas. Em todas as áreas cobertas pelas superintendencias do desenvolvimento economico, há remanescentes indígenas, em contacto direto com os civilizados. No Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia, mais de uma dezena de tribos, no territorio da SUDENE; em Rondonia, Mato Grosso e Goiás, apreciavel população silvícola, na área da SUDECO; finalmente, mais de uma dezena de postos indígenas da FNI se situam no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nos limites abrangidos pela SUDESUL.

Propõem-se as superintendencias promover o desenvolvimento economico das respectivas regiões, de modo a integrá-las no todo nacional, para que a população brasileira obtenha, finalmente, um nível de vida uniforme, superadas as distorções que apresentam o País como um arquipelago, de flagrantes disparidades, malgrado as riquezas potenciais das zonas subdesenvolvidas.

Inegavelmente, onde haja populações indígenas, no Brasil, seu nível economico é, geralmente, inferior ao das populações envolventes. Consequentemente, para a pratica da filosofia que moveu a criação das superintendencias, os planos de desenvolvimento regional não podem ignorar a presença dos silvícolas.

O cumprimento, pelo Brasil, das obrigações contidas nos artigos 15 a 19 do decreto n. 58.824, de 14 de julho de 1966, não se fará se aquelas superintendencias não propiciarem às comunidades indígenas, por intermedio da FNI, os recursos necessarios, inclusive infor-

Quando tecnicamente a tarefa do planejamento da sua aplicação.

7 -- Percorria indígena

Se nas demais regiões um dever de justiça e uma obrigação legal impõem a ajuda à FNI pelos demais órgãos do Estado, na Amazonia Ocidental é imperativa a mobilização do silvícola, em igualdade de condições com o caboclo.

Não há fugir ao dilema: iniciada a penetração no território tribal, ou se integra ou se destrói o índio. Não apenas moralmente, mas sobretudo economicamente, é vantajosa a integração, pois o incolo mais adaptado à selva é o próprio silvícola, só tendo o branco a lucrar da sua experiência. Ademais, ali a mão de obra indígena sempre foi usada com proveito e se escasseou foi por culpa do branco, que não soube preservar a saúde do índio e suas instituições tribais consentaneas com o Direito Natural.

O professor Roberto Cardoso, em tese recente, no VI Congresso Indigenista Interamericano, reconhece que pelo "labor migration" é "que o índio assegura complementação de sua sobrevivência e ampliação, de modo significativo, a sua margem de autonomia relativamente ao Posto Indígena, constituído em empresa patronal". A nossa experiência tem comprovado isso em comunidades indígenas aculturadas do Rio Grande do Sul, do Paraná e Mato Grosso, onde há o exemplo admirável dos Terenas.

Se o índio amazônico pode transformar-se de canjeiro nato em excelente seringueiro, também poderá, nos empreendimentos extrativos minerais e até em certas atividades industriais, transformar-se em insubstituível socio do branco nas tarefas de "ocupação territorial" e desenvolvimento econômico da Amazonia.

Confiar essa integração exclusivamente à FNI, com um orçamento de pouco mais de NCr\$ 7.000.000,00, para atender a mais de 700 servidores e mais de 70.000 índios -- é crer numa utopia. O mais que a Fundação pode, em tais circunstâncias, é:

- a) promover o levantamento das necessidades, com base num recenseamento expedito;
- b) planejar, modestamente, no microcosmos das comunidades, depois de um planejamento global para o quadriênio;
- c) indicar prioridades, num cronograma de aplicação de recursos;
- d) orientar a destinação de verbas e o emprego de pessoal dos demais órgãos do Estado, para a desejada integração econômica do silvícola;
- e) minutar os convenios com os demais órgãos e ministérios, para ulterior exame do Ministério do Interior, pois nesse nível se deverão propor, para execução pelos órgãos subordinados ou vinculados, inclusive a Fundação.

As escassíssimas verbas de capital da FNI não lhe permitem outra solução que a de manter a infra-estrutura assistencial encontrada, com melhor capacitação do pessoal, e orientar a política indigenista brasileira.

II -- Planos anteriores

1. Mesmo antes que o Brasil assinasse um compromisso internacional de referência às populações silvícolas, a questão não se tratava apenas no âmbito do extinto SPI, também desajudado de recursos para uma enorme tarefa.

O problema da colonização -- que na Amazonia não se pode dissociar da questão indigenista -- era tratado pelo INIC e consubstanciado num Plano Nacional de Colonização. Em 1955 já havia colonias agrícolas em Bela Vista (Amazonas), Monte Alegre (Pará), Barra do Corda e Mearim (Maranhão), além da Colônia-Piloto do Guamá, sem contar as iniciativas estaduais e dos governos dos Territórios, com recursos do Fundo de Valorização Econômica da Amazonia.

O primeiro Plano Quinquenal da SPVEA, divulgado em 1955, já equacionava o problema da colonização da Amazonia, sem a qual não tem sentido a ocupação -- analisando a participação dos governos locais, do extinto SPI, das missões religiosas e dos destacamentos militares de fronteira (pags. 217 a 226, 1.º volume).

Nesse trabalho se reconhece que a penetração da grande área continua sendo feita através de destacamentos semi-isolados, verdadeiros postos avançados na obra de integração econômica do Território brasileiro, assinalando-se: «São eles os Postos Indígenas, as colônias missionárias e os contingentes militares sediados na fronteira».

Havia, então, na área amazônica, 57 postos, sendo 17 no Amazonas, 8 no Pará, 2 no Amapá, 4 no Maranhão, 12 em Mato Grosso, 7 em Rondonia, 3 em Roraima e 5 em Goiás. Além intermitente transporte fluvial, só a FAB propiciava a ligação de tais postos com as Inspetorias do SPI. Os exploradores de castanha e da seringueira vez por outra enfrentavam a hostilidade de algumas tribos à invasão das suas terras, principalmente os Kubenkakrein, Kubenkronoti e Xikrin.

Mas o trabalho do SPI, então, se marcava pela carência de recursos.

Já as missões religiosas, sem contar sua larga contribuição histórica à catequese, prestaram aos silvícolas, mais recentemente, inegáveis serviços, no campo da agricultura, da educação da formação profissional, nos levantamentos topográficos, na estatística, no contacto permanente com as fronteiras.

Os Suetslanos, no Amazonas e Rondonia; os Redentoristas no Pará e Amazonas, no lado dos Agostinianos; a

Congregação do Espírito Santo no Acre e Amazonas; o Instituto Pontifício de Milão, no Amapá e no Amazonas; a Congregação da Consolata, em Roraima, os Franciscanos, no Amazonas, Mato Grosso, Rondonia e Pará; os Dominicanos, no Pará e Rondonia; a Congregação do Preciosíssimo Sangue, no Pará, ao lado dos Barnabitas; os Servos de Maria e os Padres de Espírito Santo, no Acre; os Lazaristas, ao Pará; os Adventistas do 7.º dia, as Missões Novas Tribos e outras evangélicas, em toda a Amazonia, estão realizando trabalho apreciável junto aos índios.

Os destacamentos militares do Forte Príncipe da Beira, de Guajará-Mirim, Abunã, Pôrto Velho, Tabatinga, Icaá, Vila Bittencourt, Cucuí, Boa Vista e Clevelandia revelam a presença castrense numa afirmação de posse em nossas fronteiras e os silvícolas muito lhes devem, em matéria de segurança física, defesa sanitária e integração cívica. Além de consumir os generos locais, ensinam o uso do leite e promovem tanto a agricultura de subsistência como a pecuária, introduzindo a avicultura e a horticultura.

Nas fronteiras, o Exército representa a nação engajada no trabalho e a Aeronáutica é a grande pioneira do devassamento da floresta.

Pode o índio ser aquela infantaria dos Postos avançados, de atalala no oeste e no Setentrão amazônicos.

Mas, para unir o missionário, o soldado e o caboclo, na ocupação do território em termos econômicos e de segurança nacional, o índio deve ser o denominador comum de todas as operações, o objetivo principal de todos os esforços.

Assim procedera a Fundação Nacional de Índio.

2. No Primeiro Plano Quinquenal da SPVEA, já se pensava nas colônias de abastecimento, de fronteira e de penetração, com a ajuda dos silvícolas. Procurando-se dotar a região de uma infra-estrutura de abastecimento próprio, surgiram-se duas providências: racionalizar o povoamento, mediante prática colonizadora eficiente, e, como decorrência, dar às colônias a indispensável assistência, para que elas se tornem economicamente autônomas.

Os objetivos de abater, desbravar e guardar a fronteira, permanecem. Também a padronização em três tipos é necessária:

A -- mistas de nacionais e estrangeiros, próximas às cidades de mais de 50.000 habitantes, atribuindo a cada família um lote de 25ha, com título definitivo depois de dois anos de auto-suficiência econômica;

B -- mistas de caboclos e índios, em lotes de 30 hectares, em territórios tribais, pagando o caboclo uma taxa de ocupação em benefício do silvícola, dedicadas as terras à lavoura de subsistência, com explorações agro-industriais;

C -- exclusivamente de silvícolas, com assistência de civilizados sem limites pre-fixados, em territórios tribais, para a extração de riquezas vegetais, além de produção de aves, ovos e laticínios, leguminosas, frutas, guaraná, pimenta-do-reino, cravo-da-índia, plantas oleaginosas e têxteis, fumo e animais de pequeno porte.

A assistência creditícia, pelos bancos regionais e pelo Banco do Brasil, agências financeiras nacionais, estrangeiras e internacionais se traduziria nos seguintes auxílios:

- a) 50 mil cruzetros mensais por família, durante o primeiro ano de instalação;
- b) distribuição gratuita de sementes, mudas, adubo, inseticidas, fungicidas, ferramentas, aves e pequenos animais para criação;
- c) fornecimento de plantadeiras manuais e pequenos silos, para pagamento a prestação, sem juros;
- d) implantação de serviços de água, esgotos e eletricidade, segundo as condições de desenvolvimento da colônia;
- e) aquisição de caminhões utilitários, combustível, lubrificantes e peças, a preço de custo, financiados, sem juros;
- f) fornecimentos, nas condições de custo, complementos agro-industriais;

3. As Colônias Indígenas de Fronteira, também idealizadas no Primeiro Plano Quinquenal da SPVEA, seriam instaladas -- com organização semelhante àquelas próximas aos estabelecimentos militares, nos termos do item anterior -- ao longo das fronteiras do Brasil com as Guianas, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, preferentemente em parques indígenas criados ao longo da faixa de fronteiras.

Nessas regiões, ainda hoje, a atividade econômica consiste em coleta, caça e pesca, trabalho indígena de preferência. Tribos que contam de uma dezena a algumas centenas de pessoas dedicam-se a essa ocupação permanente, se representam, por isto mesmo, reservas de maior importância para a integração das zonas de fronteira na comunidade nacional. (Doc. cit. pag. 233).

Resalte-se que predomina, ao longo dessa faixa, entre o Pará e Rondonia, a influência econômica e social estrangeira, em cujo âmbito gravitam as populações indígenas (idem, idem), dada a ativa política assimilacionista dos nossos vizinhos, bem mais atraídos à integração do índio silvícola, cuja política a Fundação INIC se aproveitava como reservas de mão-de-obra para a ocupação da fronteira. Se tal situação persistir, em detrimento do índio, é necessário que tomemos providências urgentes, em face

das em eficiente planejamento, para incorporação econômica e cívica do sílvicola, o que não se fará pelos escassos recursos da FNI.

«Uma vez perdido o controle sobre as populações indígenas que ali vivem desde tempos memoriais — adverte aquele documento — será extremamente difícil o estabelecimento de outros grupos humanos naquelas regiões marginais que, além de uma indústria extrativa muito precária, não oferecem qualquer base para exploração econômica. Até o presente, as tribos fronteiriças não foram atingidas por qualquer assistência efetivamente e civilizadora, por parte do Brasil». (Doc. cit. pag. 222).

Diga-se de passagem que apenas há um caso de assistência, por missão religiosa, entre os índios Tiriós, no Parque Indígena Nacional do Tumucumaque, recentemente criado por Decreto do Presidente Costa e Silva.

Na maioria, os postos do SPI, na fronteira, foram abandonados por falta de recursos e nenhum se criou no Estado do Acre, onde um grupo de trabalho, instituído pela FNI, estuda o problema da constituição de uma Ajudância, com os respectivos postos.

Os que operavam nos altos cursos dos rios Demeni, Cotirego e Querari só mantiveram contato com a 1.ª Inspectoria, em Manaus, durante três ou quatro meses do ano, no período das grandes cheias, enquanto os índios Tlouna, ao longo do Solimões, jamais tiveram a mínima assistência do Brasil.

Só as Colônias Indígenas de Fronteiras podem enfrentar eficientemente o problema e sua organização demanda:

a) o auxílio do CAN, pela abertura de campos de pouso e criação de linhas regulares de comunicações e eventual suprimento;

b) a criação de cooperativas de consumo e fornecimento de sementes, mediante convênios com o IBRA;

c) a instituição de apoio creditício, pela BASA, BNH, e Banco do Brasil;

d) a ajuda sanitária da Cruz Vermelha Brasileira, do Ministério da Saúde, da LBA e de agências internacionais, como a OMS e congêneres.

«Além das funções de nacionalização e de vigilância de fronteiras, as Colônias Indígenas serviriam como base para a penetração de expedições científicas e a instalação de serviços meteorológicos». (Doc. Cit. pag. 233), o que justificaria convênios com as repartições competentes do Ministério do Exército, da Comissão de Faixas de Fronteiras, do IBGE, do Ministério de Educação e entidades interessadas, nacionais, estrangeiros e internacionais.

4. — Ainda se reveste da maior atualidade a sugestão contida no Primeiro Plano «Quinquenal» da SPVEA e que poderia ser reexaminada pelos órgãos técnicos da SUDAM, quanto a localização das:

As Colônias serão dotadas de campo de pouso para aviões, serviço de tele-comunicação, residência do encarregado, sede, ambulatório, escola, galpões, etc. As construções serão em alvenaria, obedecendo estilo moderno, adequado ao clima tropical. Terão obrigatoriamente, além dos roçados habituais dos índios, todo o tipo de plantação inclusive pomar, para sua auto-subsistência, como também criação de animais de pequeno porte, suínos, caprinos, aves, etc.

Localizadas em uma região estratégica quanto ao atendimento de maior número de grupos indígenas, notadamente aqueles que habitam em território nacional e estão sendo atraídos pelas nações vizinhas, as Colônias terão a seu cargo a abertura de varadouros, picadas, estradas, que permitam melhor ligação com as tribos, com os rios navegáveis, assim como a sua manutenção e vigilância.

Oportunamente, quando auto-suficientes, tanto quanto possível, as Colônias atenderão, com os excedentes da sua produção, às populações próximas, principalmente as Unidades de Fronteira, com quem manterão estreita e necessária colaboração.

Essas Colônias serão localizadas:

1) **Colônia Indígena do Oiapoque:** A margem esquerda do rio Marupi na sua confluência com o rio Oiapoque, sede do Posto Luis Norte que será extinto. — Inicialmente será estudada uma área suficiente, inclusive com limites naturais, para poder atender os — Emerenhon — Oyampik — e Urukuyana. Os Emerenhon, pelo abandono em que foram deixados nos últimos tempos pelo SPI, e pelas vantagens que recebem na Guiana Francesa, estão na sua maioria nesse território.

2) **Colônia Indígena do Mapuera:** Em local a ser escolhido no alto curso do rio Mapuera e sua confluência com o Tauini, nas proximidades da fronteira com a Guiana Inglesa. Localização para reserva, ligação com o vale do Kafuini, cabeceiras do Nhamundá, varadouros contornando a zona encachoeirada. Essa Colônia atenderá os grupos Parukotó: — Wabui, Katuema, Wari, Faruaru, Faranakaru, Waiwáiyi e Mawayána além dos Moapityan, possivelmente um grupo Aruak. — Em região próxima, está instalada na fronteira com a Guiana Inglesa, uma missão protestante sob orientação do pastor W. Neill-Hawkins, que vem procurando por todos os meios transferir os índios do território nacional para essa possessão inglesa. Aproveita-se para isso dos seus conhecimentos lingüísticos junto aos — Waiwáiyi. Já tem orientado viagens desse grupo em território do Amazonas, Roraima para atrair os Waimiri e grupos vizinhos.

3) **Colônia Indígena do Maú (Ireng):** Em local a ser escolhido nos formadores

dos rios Panari/Ailan e Maú, fronteira com a Guiana Inglesa. — Fará a ligação com as cabeceiras dos formadores do Cotingo, atendendo os — Ingarikó-Taulipang também chamados de Jaricuna e os Iekuana (Mayogong ou Makiritáre). — Atração desses grupos para a área da Colônia e fiscalização de fronteira.

4) **Colônia Indígena do Mucajai:** Localização em área entre as cabeceiras do Mucajai e Catrimani. — Diversos grupos Yanomami (Xirianá) com as denominações de — Waiká-Guaharibo-Kamatári-Maraxitéri e outros. São grupos isolados, alguns com contactos intermitentes.

5) **Colônia Indígena do Cauabaris:** Localização nas cabeceiras do rio Cauabaris e rio Marauá. — Índios Guaharibo, Yahaaná, Mandawáka e possivelmente remanescentes dos Makú.

6) **Colônia Indígena do Içana:** Na confluência dos rios Cuiari e Içana, reabrindo o antigo Posto do SPI, para atendimento dos diversos grupos — Baniwa: — Karutana, Hohodene, Kori-paso, Yurupari-Tapuia, Iawareté-tapuia, Irá tapuia, Coati-tapuia, Kauá-tapuia, Siuci-tapuia, etc.

7) **Colônia Indígena do Papuri:** Localização acima de Iauareté antiga sede do Posto Melo Franco do SPI, para atendimento dos Tariana, Kabéwa, Tukana em diversos subgrupos. Havia uma estrada que deveria ligar o antigo Posto Melo Franco à Pari-cachoeira no rio Tiquié, visando evitar o trecho encachoeirado do Uaupés e Papuri.

8) **Colônia Indígena do Querari:** Localização na confluência do alto rio Uaupés com o Querari, fronteira Brasil/Colômbia, antigo Posto do SPI — Querari, para atendimento dos Wanana, Kobéwa, Baniwa e outros.

9) **Colônia Indígena do Japurá:** Localização à margem esquerda do alto Japurá na sua confluência com o rio Apaporis. Índios Yupua, Yaúna, Epamaçá, Palacnoá, Kueretú e Makunabodo (puinave).

10) **Colônia Indígena Tukuna:** Essa Colônia atenderia os Tukuna que somam cerca de 5.000 divididos atualmente entre índios de Igarapé e índios de Rio.

11) **Colônia Indígena do Curuçá:** Será localizada à margem esquerda do rio Curuçá, afluente do rio Javari, que atrairá os grupos — Maioruna — e Marúbo — que vivem nas fronteiras Brasil/Peru. — Essa Colônia abrirá estradas de penetração rumo ao Javari para o «Estrão do Equador» e «Ralmeiras» sedes de Unidades de Fronteira do Exército, além de outras que facilitem o intercâmbio com grupos indígenas dos rios Ituí/Juruá.

### Colônias Indígenas de Penetração

Não foi superada a sugestão, jamais aplicada, que o Primeiro Plano Quinquenal

da SPVEA continha, sobre as Colônias de Penetração, núcleos pioneiros de contingente superior a 500 pessoas, em regiões de matas ou de campos naturais, com as seguintes características:

a) predominância cabocla, parcialmente dependente da economia nacional;

b) população indígena semi-aculturada, com apreciável dependência econômica, mantidos em grande parte os costumes e instituições tribais;

c) produção diversificada, com artesanato próprio e absorvido da comunidade envolvente, influenciando o sílvicola a produzir sempre mais artigos de comércio para o branco;

d) essa produção diversificada já atinge apreciável especialização: o guaraná dos Maú; gêneros de primeira necessidade aos Karipuna e Palikur, que negociam principalmente — com a Guiana Francesa: farinha de pupunha, produzida pelos grupos Içana; criação de gado de leite e corte pelos índios Makuxi e Taulipang, vaqueiros de Roraima, sendo de lembrar que também os Krahôns se afizeram às raias pastoris, no Maranhão.

As Colônias de Penetração têm o intuito de fixar uma população pré-existente, dando-lhe:

a) instrumentos, técnicos assistência econômica, financeira, educacional e sanitária;

b) outros elementos de auto-suficiência e ocupação estável, com o desenvolvimento de capacidade artesanal, a manutenção das existentes e o aprendizado de novas técnicas;

c) disciplina e racionalização da coleta clássica (amen).

12) **Colônia Indígena do Ipixuna:** Será localizada entre as cabeceiras do Ipixuna e Moa e cabeceiras do Javari, — limite do Estado do Amazonas e Acre. Atenderá diversos grupos — Poyanawa — Kuyanawa — Nuúni — Kapanawa — Katukina e outros, todos de língua Pano.

13) **Colônia Indígena do Amonea:** Nas cabeceiras do rio Juruá, entre os rios Amonea e Arara, a montante da localidade Taumaturgo. — Atenderá os — Amahuaka — Kapanaw — Iawano — Yura — Sakuya.

14) **Colônia Indígena do Santa Rosa:** Na fronteira com o Peru, confluência do rio Santa Rosa com o Curanja. — Para atender os Kaxinawa que, em 1951, tinham no Igarapé Conta afluente direito do rio Curanja cerca de 500 índios em 8 aldeias, bem como os Yaminawa, Tukurina e outros, que estão sendo atraídos para fora do território nacional.

15) **Colônia Indígena do Yaco:** Será localizada entre os formadores do rio Acre e margem direita do rio Yaco, fronteira com o Peru. — Terá a incumbência de manter em território nacional os Kanamari — Maniteneri — Masko.

# CEDI

5

As Colônias Indígenas de nos 12 a 15 localizadas em território do Estado do Acre, além das incumbências gerais para as demais Colônias, farão a ligação por estradas de penetração aos rios próximos em zona navegável, assim como contornando cachoeiras e rápidos.

Quanto ao Território Federal de Rondonia só depois de um estudo minucioso na região habitada por índios, nas áreas subordinadas aos Postos do ex-SPI, nas que estão sendo invadidas pelas frentes pioneiras, garimpeiros, etc., é que poderemos localizá-las com segurança.

dias, seringueiras, madeira de lei, etc.) pela apreensão e cultivo de espécimes da flora medicinal, além de substâncias usadas na farmo-química, na tinturaria e na perfumaria;

O Planejamento das Colônias de Penetração deve atender aos seguintes aspectos:

a) a marginalidade geográfica, nessas situações de insularidade, que condiciona a prioridade dos transportes e comunicações;

b) a diversidade dos métodos empregados, para atingir iguais objetivos, em face das situações multivariadas pré-existent;

c) a unicidade, duplicidade ou simultaneidade, em cada caso, da solução agrícola, pastoril, industrial ou mista, condicionando os técnicos e equipamentos empregados;

d) a supressão das barreiras culturais, linguísticas, psicológicas e consuetudinárias, pela necessidade de integração econômica de alguns grupos de vizinhança.

Do que ficou exposto, conclui-se que cada Colônia de Penetração — "habitat" do índio aculturado — obedecerá a cuidadoso Planejamento e, instalada, exigirá assistência permanente de:

a) antropólogos, etnólogos e linguistas;

b) médicos, enfermeiros e assistentes sociais;

c) agrônomos, veterinários e especialistas em investimentos agro-industriais (engenheiros e economistas);

d) pessoal classificado, em níveis primário (capatazes) e ginásial (propedeutas, instrutores de campo, administradores e chefes de posto), para infra-estrutura pedagógica e operacional.

O salário desse pessoal deve ser mais alto que o das demais colônias, pois mais próximos de um mercado competitivo na requisição da mão de obra.

São estas as Colônias Indígenas de Penetração: Território Federal do Amapá

1) C.I.P. do rio Uaçá — índios Galiby, Palikur e Kari-puna ex-Posto do Uaçá. Estado do Pará:

2) C.I.P. do rio Cururu (Tapajós) — índios Mundurucu; 3) C.I.P. do rio Guamá (alto rio) — índios Tembê;

4) C.I.P. do rio Fresco (Xingu) — índios Kaiapó;

5) C.I.P. Mãe Maria (Tocantins) — índios Gavião;

6) C.I.P. rio Canindé (Gurup) — índios Urubu, Tembê, Guajá; 7) C.I.P. do Trocará (Tocantins) — índios Asurini.

Estado do Maranhão:

8) C.I.P. do rio Pindaré — índios Guajajara; 9) C.I.P. do rio Mearim — índios Guajajara; 10) C.I.P. do rio Santo Estevão — índios Canela.

Estado do Amazonas:

11) C.I.P. do rio Andirá — índios Mawé; 12) C.I.P. do rio Autazes — índios Mura; 13) C.I.P. do rio Seruini (Purus) — índios Ipurinã-Paumari e Yamamadí; 14) C.I.P. do rio Gregório (Juruá), entre os rios Gregório e Juruá — índios Katukina, etc.; 15) C.I.P. do rio Jatapu — índios Wabui (diversos grupos); 16) C.I.P. do rio Demeni — índios Waiká e grupos Ganonami.

Estado de Goiás:

17) C.I.P. do rio Tocantins — índios Apinayé; 18) C.I.P. do rio do Sono (Tocantins) — índios Xerente.

Estado de Mato Grosso:

19) C.I.P. do rio Tapirapé — índios Tapirapé 20) C.I.P. Tereza Cristina — índios Bororó; 21) C.I.P. Fraternidade Indígena — índios Umutina (Barbados); 22) C.I.P. do rio das Mortes — índios Xavante; 23) C.I.P. Marechal Rondon — índios Xavante; 24) C.I.P. do rio Camararé (Juina) — índios Nambikwara; 25) C.I.P. do rio Juruena — índios Pareci.

Território Federal de Rondonia:

Serão localizadas oportunamente.

Colônias Indígenas Agro-Pastoris:

— Território Federal de Roraima: São Marcos;

— Estado de Goiás: Craolandia;

— Mato Grosso: Parantinga (Posto Simões Lopes).

Parques Indígenas:

— Parque Indígena do Tumucumaque — Estado do Pará;

— Parque Indígena do Parima — Ter. Fed. de Roraima (Ilha de Maracá) a ser criado;

— Parque Indígena do Araguaia (Ilha do Bananal);

— Parque Indígena do Xingu — Estado de Mato Grosso.

Delegacias: 1.ª Delegacia — Sede — Manaus — Estado do Amazonas — Acre — Ter. Fed. de Roraima.

Ajudâncias: São Marcos — Ter. Fed. de Roraima; Uaupés — rio Uaupés/rio Negro; Tarauacá — Estado do Acre; Içá — Rio Içá/Solimões.

2.ª Delegacia — Sede — Belém — Estado do Pará; Ter. Fed. do Amapá; Maranhão; Goiás (Vale do rio Tocantins).

Ajudâncias: Clevelandia — Ter. Fed. do Amapá; Santarem (Tapajós) — Pará; Barra do Corda — Maranhão; Carolina — Maranhão (rio-Tocantins).

3.ª Delegacia — Sede — Cuiabá — Estado de Mato Grosso — Rondonia — Goiás (Vale do Araguaia).

Ajudâncias: Vilhena BR-29 (a ser localizada) — Guajará-Mirim (Ter. Fed. de Rondonia Ilha do Bananal Araguaia) — Campo Grande (M.G.) fora da área amazônica.

## ÍNDIOS HOSTIS

Não há índios hostis fora da Amazonia e o seu número não se torna facilmente recenseável. Existem principalmente ao norte e noroeste de Mato Grosso, em Rondonia, Amazonas, Pará, Roraima e alguns no Amapá.

As lutas intertribais vêm, porém, diminuindo, mostrando-se mais fácil a aproximação dos civilizados, como ocorreu, recentemente, no eixo da rodovia Manaus-Boa Vista, em construção.

Já se antevê a possibilidade de um programa de ocupação pacífica e lenta aculturação em Roraima, onde a Prelazia trabalha de acordo com a F.N.I.

As tribos mesmo arredias têm sido movimentadas pela procura da castanha e da batata, ou agredidas pelos castanheiros e seringueiros, embora ultimamente hajam diminuído tais conflitos. Esse mesmo fato está a indicar a promoção urgente de relações pacíficas, que se obtem na base da mercancia, assistindo-se simultaneamente aos índios e aos caboclos.

Nessa «área de pacificações» já se atraíram tribos como as Kubenkrntein (Kaiapó), de Altamira; os Xikri, do Araguaia; os Parakaná (Tupi), do Tocantins; os Gaviões (Gê) de Marabá; e os Txukaramãl (Kaiapó) hoje convivendo pacificamente no Parque Nacional do Xingu.

Estão em vias de pacificação e aldeamento alguns grupos Cinta-Larga, de Rondonia; Belços-de Pau, a noroeste de Mato Grosso; Krainkore, no Xingu e outros grupos de Roraima.

Uma «frente de pacificação», utilizando dois sertanistas e 50 serviçais (batedores, mateiros e índios-interpretas) além de «alimarias, canoas, armas, munições de boca e brindes» importa num gasto diário de NCr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros novos), dispêndio que pode crescer, com a instalação de novos P.I., para capitalização do exito obtido.

Principalmente nos Estados de Amazonas e Mato Grosso, e nos três Territórios Federais da Amazonia esses dispêndios serão necessários no quadriênio, podendo-se prever uma «frente» diária, com o gasto anual de NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos).

# FIM

14